



Editorial #45¹ *Editor's Note # 45*

A edição de número 45 da **Revista Intellector** chega a público num momento em que a ordem internacional segue dando sinais inequívocos de sua reconfiguração. Entre a erosão de certezas monetárias, a disputa por espaços e recursos estratégicos, a reforma cambaleante das instituições multilaterais e a violência que se acumula nas margens do sistema, os seis artigos que compõem este número oferecem, cada um a seu modo, uma leitura desse momento de transição hegemônica — e é esse fio condutor que esta edição convida o leitor a percorrer.

Abrimos o número com a Antártica, espaço historicamente tratado como periferia geopolítica e que os pesquisadores Carlos Eduardo Vieira Nunes e Mario Brasil do Nascimento devolvem ao centro do debate. Confrontando Realismo e Liberalismo, os autores mostram que o continente antártico está longe de ser um vazio de poder: países com reivindicações territoriais e grandes potências mantêm ali densidade crescente de infraestrutura e pessoal, numa projeção de influência que sinaliza estratégias competitivas ainda latentes. Ainda assim, o artigo conclui que o Sistema do Tratado da Antártica tem demonstrado resiliência notável, sustentado por um equilíbrio estratégico cooperativo em que a ciência permanece como valor central de governança — um achado que interessa tanto aos estudiosos da cooperação internacional quanto aos que se debruçam sobre o Antropoceno como categoria analítica.

Do gelo austral ao Atlântico Sul, Nilton Lopes da Silva Gomes e Izan Reis de Araujo deslocam o olhar para a cooperação militar entre Brasil e Cabo Verde. A partir de uma abordagem exploratório-descritiva ancorada nos Estudos de Segurança Internacional, os autores demonstram como o envio de instrutores brasileiros in loco configura uma diplomacia de defesa preventiva, de baixo custo e alto retorno estratégico. O artigo é particularmente oportuno ao evidenciar que o fortalecimento das capacidades locais de vigilância e resposta a ilícitos transnacionais permite ao Brasil projetar influência sem recorrer à presença militar permanente — um modelo de cooperação Sul-Sul que reforça a estabilidade da bacia atlântica sem replicar as lógicas de dissuasão típicas das grandes potências.

No plano monetário, Matheus Pedro de Carvalho revisita uma das perguntas mais persistentes da economia política internacional: por quanto tempo ainda se sustentará a hegemonia do dólar? Diante da ascensão do renminbi e do avanço das moedas digitais, o autor argumenta que a liquidez e a confiança depositadas na divisa norte-americana continuam a garantir-lhe centralidade nas reservas e nos pagamentos internacionais. Sua conclusão — de que essa hegemonia tende a persistir no curto e médio prazo, ainda que de forma moderada — dialoga diretamente com os debates sobre transição hegemônica que atravessam

¹ DOI <https://doi.org/10.5281/zenodo.22817180>





esta edição, lembrando-nos de que declínio e persistência não são processos mutuamente excludentes, mas frequentemente simultâneos.

Mariele Cunha Rocha conduz o leitor ao terreno jurídico-institucional ao examinar a reforma da Organização Mundial do Comércio consolidada na 14ª Conferência Ministerial. Por meio de análise documental e de conteúdo, a autora sustenta que essa reforma não se traduz numa ruptura formal dos fundamentos jurídicos da OMC, mas numa mutação normativa incremental e difusa, operada por instrumentos de soft law e por práticas institucionais que se acumulam silenciosamente. É uma contribuição valiosa para compreender como o multilateralismo comercial se reconfigura não por grandes tratados, mas por procedimentos — uma dinâmica que ecoa, em outra escala, a erosão gradual observada no próprio sistema monetário internacional.

A dimensão mais dolorosa da transição hegemônica aparece no artigo de Julia Rodrigues e Caio Menezes, que investigam a crise aguda de violência e revitimização da mulher mexicana no contexto da guerra às drogas deflagrada pelo governo de Felipe Calderón em 2006. Utilizando o método de análise de conjuntura de Herbert de Souza, os autores demonstram como a militarização do enfrentamento aos cartéis — e os conflitos armados frequentes entre Estado e organizações criminosas — agravou uma violência de gênero que já era estrutural. O artigo é um lembrete necessário de que as disputas geopolíticas pela ordem internacional têm custos humanos concretos, distribuídos de forma desigual entre corpos e territórios.

2

Fechamos a edição com Debora Fagaburu, que leva a discussão sobre recursos estratégicos ao nível subnacional ao analisar a província argentina de Jujuy como palco da disputa sino-estadunidense pelo lítio entre 2018 e 2024. Por meio de abordagem qualitativa e interpretativa, a autora demonstra como a diplomacia econômica chinesa condiciona a política internacional de um território que, apesar de subnacional, emerge como ator de dupla periferia com capacidade de ação conjuntural. O artigo amplia produtivamente o debate sobre a geopolítica dos recursos estratégicos, mostrando que a agência diante da dependência econômica histórica pode ser exercida também a partir de escalas menores que a do Estado nacional.

Prof. Dr. Charles Pennaforte
Editor-chefe

